

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO Nº 100

ABRIL de 2007

No mês de Abril de 2007, o Conselho Superior do Ministério Público reuniu em Plenário no dias 27, na sede da Procuradoria-Geral da República.

SESSÃO PLENÁRIA DE 27 de Abril de 2007

PRESENÇAS

Na sessão plenária de dia 27, presidida pelo Conselheiro Procurador-Geral da República, Dr. Fernando José de Matos Pinto Monteiro, estiveram presentes os membros do referido Conselho, Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Alberto José Pinto Nogueira, Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão; Procurador-Geral Adjunto, Dr. João Manuel Cabral Tavares; Procurador da República no Círculo Judicial da Maia, Dr. João António Gonçalves Fernandes Rato, Procuradores-Adjuntos nas Comarcas de Évora, Cascais, Figueira da Foz e Oliveira de Azeméis, respectivamente, Drs. Aurora Rosa Salvador Rodrigues, Paulo Eduardo Afonso Gonçalves, José Mário Nogueira da Costa e Edite Paula de Almeida Pinho; os membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. João José Garcia Correia, António José Barradas Leitão e Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues e os membros designados por Sua Excelência o Ministro da Justiça, Drs. Júlio Castro Caldas e António Henrique Rodrigues Maximiano.

O Senhor Dr. João Correia, só esteve presente no período da manhã.

No período da tarde a sessão foi presidida pelo Senhor Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Mário Gomes Dias.

Estiveram ausentes, com justificação prévia das faltas, os Srs. Drs. Helena Cecília Alves Vera-Cruz Pinto e Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva.

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

ACTAS

Foi aprovada a acta da sessão do dia 20 de Março de 2007.

COMISSÕES DE SERVIÇO

1. Proposta de nomeação do Procurador-Geral Adjunto, Lic. **Francisco Teodósio Jacinto**, actualmente na situação de disponibilidade, como Inspector do Ministério Público.

O Conselho deliberou nomear.

2. Pedido de autorização para a nomeação, em comissão de serviço, do Procurador da República Lic. **Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho**, como Inspector-Geral do Trabalho, para dirigir a recém criada Autoridade para as Condições de Trabalho.

O Conselho deliberou autorizar.

3. Autorização para a renovação da comissão de serviço que o Senhor Procurador-Geral Adjunto, Lic. **António Alberto Pereira da Costa**, vem exercendo nos Supremos Tribunais.

O Conselho deliberou autorizar.

4. Autorização para a renovação da comissão de serviço que o Senhor Procurador-Geral Adjunto, Lic. **António José Martins Miranda de Pacheco**, vem exercendo nos Supremos Tribunais.

O Conselho deliberou autorizar.

5. Pedido de autorização para a Procuradora-Adjunta, Lic. **Maria do Carmo Castro Paiva**, participar, em comissão de serviço, numa missão de seis meses na área do Processo Laboral, na República de Angola, a partir de 1 de Junho de 2007.

O Conselho deliberou autorizar, com o voto de abstenção da Sr.^a Dr.^a Aurora Rodrigues.

6. Pedido de autorização formulado pela Procuradora-Adjunta na comarca de Almada, Lic. **Ana Carla Mendes de Almeida** para, em regime de comissão de serviço, exercer funções na Unidade de Magistrados do OLAF junto da Comissão Europeia, a partir do próximo dia 1 de Maio de 2007, e por um período mínimo de 4 anos.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou autorizar, deferindo o pedido.

OUTRAS NOMEAÇÕES

Nomeação do Procurador-Geral Adjunto, Lic. **Alberto Fernandes Brás**, actualmente na situação de disponibilidade, para a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

O Conselho deliberou nomear.

QUADRO COMPLEMENTAR (BOLSA)

Regulamento de Quadro Complementar de Procuradores-Adjuntos.

Na sequência do debate travado sobre o projecto do Regulamento do Quadro Complementar de Procuradores-Adjuntos no qual usaram da palavra todos os membros do Conselho presentes, foi deliberado que fosse apresentado à próxima sessão um projecto de articulado reformulado de acordo com as sugestões avançadas durante o debate, designadamente, no que concerne à fixação do requisito de um ano de efectividade de funções e à uniformização da terminologia, bem como à ponderação da questão das ajudas de custo, devendo tal reformulação ser efectuada por um grupo de trabalho coordenado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Procurador-Geral da República e integrado pelos Senhores vogais do CSMP a tempo inteiro.

EXPOSIÇÕES

Apreciação do pedido de reingresso na magistratura do Ministério Público apresentado por um ex-magistrado, após cumprimento do disposto no art.º 100º do CPA.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou indeferir o pedido.

INQUÉRITOS E PROCESSOS DISCIPLINARES

1. Prescrição do procedimento criminal ocorrida no inquérito n.º 89/00.2 EAPRT-0501, do DIAP do Porto.

Relator: **Dr. Pinto Nogueira.**

O Conselho deliberou mandar arquivar o processo.

2. Prescrições do procedimento criminal ocorridas na Comarca de Pombal.

Relator: **Dr. Braga Temido.**

O Conselho deliberou ordenar o arquivamento dos autos com os votos contra dos Srs. Drs. **Braga Temido, Francisca Van Dunem, Luís Verão, Cabral Tavares, Barradas Leitão e Castro Caldas.**

3. Participação subscrita por um Senhor Juiz de Direito, contra Procurador-Adjunto.

Relator: **Dr. Luís Verão.**

O Conselho aprovou a seguinte deliberação:

“O Conselho, tendo em consideração que a matéria constante das actas atinentes ao processo comum com intervenção de Tribunal Singular n.º 50/96.0TBMRA e aos autos de regulação do exercício do poder paternal n.º 69/06.4TBMRA e n.º 44/04.3TBMRA já foi apreciada no âmbito do processo n.º 27/2006 – L.º RMP–E, havendo este Conselho deliberado, em 19 de Setembro de 2006, o respectivo arquivamento; que as declarações prestadas pelo Senhor Procurador-Adjunto Lic. F., em 22 de Setembro de 2006, perante o

Senhor Inspector Judicial, estão em conformidade com o teor da exposição apreciada na sessão de 19 de Setembro de 2006; que, na comunicação inicial, não são referidos factos concretos e visto igualmente o teor da deliberação tomada pelo Conselho Permanente do Conselho Superior da Magistratura na sua sessão de 24 de Outubro de 2006, entendeu, na sequência da deliberação de 19 de Setembro de 2006, não se evidenciar nova factualidade determinante da instauração de procedimento e determinou, por isso, o arquivamento do presente processo”.

4. Reclamação apresentada por Procurador-Adjunto do acórdão do Conselho Superior do Ministério Público de 08/02/2007, que deliberou mandar proceder à execução da pena de 18 meses de inactividade.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou não tomar conhecimento da reclamação.

5. Reabilitação pedida por Procurador-Adjunto, nos termos do artigo 84.º do Decreto-Lei nº 24/84 de 16 de Janeiro.

Relator: Dr. **Braga Temido**.

O Conselho deliberou determinar a instauração, por apenso ao processo disciplinar, de um processo de reabilitação.

Os Srs. Drs. **Nogueira da Costa** e **Barradas Leitão** votaram vencidos, tendo este último apresentado declaração de voto.

6. Reclamação apresentada por Procurador-adjunto do acórdão da Secção Disciplinar de 08/02/2007, que lhe aplicou a pena de 18 meses de suspensão de exercício.

Relator: Dr. **Luís Verão**.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação, com os votos de vencidos dos Srs. Drs. **Pinto Nogueira, Cabral Tavares, João Rato, Nogueira da Costa, Ricardo Rodrigues e Rodrigues Maximiano**.

7. Reclamação apresentada por Procurador-Adjunto do acórdão da Secção Disciplinar de 08/02/2007, que lhe aplicou a pena de 60 dias de multa.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação, com os votos de vencidos dos Srs. Drs. **Pinto Nogueira, Cabral Tavares, João Rato, Nogueira da Costa, Ricardo Rodrigues e Rodrigues Maximiano**.

EXPOSIÇÕES

Requerimento subscrito pelo Advogado Dr. *António Marinho e Pinto*, solicitando acesso à fundamentação da deliberação de 14/03/2007 que mandou arquivar anterior exposição.

Relator: Dr. **Luís Verão**.

O Conselho deliberou mandar informar o Senhor Advogado requerente de que a deliberação tomada na sessão de 14 de Março de 2007 foi adoptada com base nos elementos fornecidos pelo anterior Relator do processo, constantes da informação elaborada por este último em 7 de Novembro de 2006.

INSPECÇÕES

1. Estado dos Serviços do Ministério Público na Comarca de Albergaria-a-Velha.

Relator: Dr. **Braga Temido**.

O Conselho tomou conhecimento das medidas já adoptadas sobre a matéria em causa pelo Senhor Procurador-Geral Distrital de Coimbra acerca do assunto, ratificando-as.

2. Estado dos Serviços do Ministério Público na Comarca de Alcobaça - 3.^a Secção.

Relator: Dr. **Braga Temido**.

O Conselho determinou o arquivamento do expediente, com base na informação prestada pelo Sr. Relator.

O Sr. Dr. **Nogueira da Costa** apresentou declaração de voto, tendo na mesma sido acompanhado pelos Srs. Drs. **Rodrigues Maximiano** e **Aurora Rodrigues**.

LISTA DE ANTIGUIDADE

Lista de Antiguidade dos Magistrados do Ministério Público, relativa a 31 de Dezembro de 2006.

O Conselho deliberou aprovar.

TRIBUNAIS

Informação da Lic. *Eucária Vieira*, representante em juízo do CSMP, sobre a execução do acórdão, já transitado, proferido na Acção Administrativa Especial

nº 205/06, da 1ª Secção, 2ª Subsecção do STA, intentada por procurador-adjunto.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou dar execução à decisão anulatória e arquivar o processo.

PERMUTAS

Requerimento subscrito pelos Lics. **Maria José Guimarães e Gonçalo Nuno de Matos Eleutério Silva**, Procuradores da República respectivamente nos Círculos Judiciais de Gondomar e da Maia, tendo em vista, nos termos do disposto no artigo 135º n.º 6, do EMP, a permuta entre os respectivos lugares.

O Conselho deliberou autorizar a permuta.

MOVIMENTO EXTRAORDINÁRIO DE MAGISTRADOS

Tendo sido deliberado discutir, extra tabela, um ponto relativo ao próximo Movimento Extraordinário de Magistrados, o Conselho decidiu marcar a data de tal Movimento para o dia 13 de Julho de 2007 e designar, com vista à sua preparação, um grupo de trabalho presidido pelo Excelentíssimo Senhor **Vice-Procurador-Geral da República** e integrado pelos senhores vogais permanentes do CSMP.

Mais se deliberou que para tal Movimento os requerimentos deverão ser apresentados exclusivamente em formato electrónico e com base na atribuição de uma *password* de acesso a cada Magistrado.